

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA

JOÃO VALENTIM LOBÃO NETO

A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS: uma análise russelliana

São Luís
2011

JOÃO VALENTIM LOBÃO NETO

A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS: uma análise russelliana

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia da
Universidade Federal do Maranhão, para obtenção
do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Nonato Araujo
Portela Filho

São Luís
2011

Lobão Neto, João Valentim

A Teoria das Descrições Definidas: uma análise russelliana / João Valentim Lobão Neto. _São Luís, 2011.

45f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Prof. Ms. Raimundo Nonato Portela Araujo Filho
Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Filosofia, 2011.

1. Descrições definidas – Teoria. 2. Russell. 3. Filosofia. I.
Título.

CDU 1RUSSELL

JOÃO VALENTIM LOBÃO NETO

A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS: uma análise russelliana

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia da
Universidade Federal do Maranhão, para obtenção
do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Raimundo Nonato Araujo Portela Filho (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

1º Examinador
Prof. Ms. Antonio José de Ribamar Moraes
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

2º Examinador
Prof. Ms. Hamilton Dutra Duarte
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Dedico postumamente este trabalho ao meu avô, que acreditou em mim e me deu todas as condições para que eu pudesse prosseguir nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares que me ajudaram no decorrer da minha jornada acadêmica como graduando do curso de licenciatura em Filosofia da UFMA, em especial, à minha avó (Maria) e meu irmão mais velho (Aldemir), tendo em vista que cooperaram financeiramente para minha formação acadêmico-filosófica.

Ao corpo docente do Departamento de Filosofia da UFMA, porém com distinção e muito apreço aos professores, Ayala Gurgel, Antonio José, Almir Ferreira e Marcio Kléos. Estes, por sua vez, foram os principais fomentadores do filosofar em mim.

Ao meu orientador (Prof. Portela) pela paciência, dedicação e pelo rigor analítico-filosófico que lhe são peculiares. Além disso, o rigor analítico-filosófico é a grande lição que me foi deferida por ele ao longo da nossa convivência no período de orientação monográfica.

Ao microempresário do C.A de Filosofia da UFMA (Bill) que vendeu muitas cópias para mim e ainda assim foi flexível e paciente nos momentos em que não pude pagá-las.

Aos meus amigos Gutemberg, Celsiana e Roberto que me incentivaram e contribuíram para o meu ingresso no curso de licenciatura em Filosofia da UFMA.

Aos bibliotecários Wellington e Gleyciane que além de serem altruístas, uma vez que me prestaram gratuitamente o serviço de normalização monográfica são, sobretudo, extremamente habilidosos e competentes no tocante à normalização de trabalhos monográficos.

Aos colegas acadêmicos que conquistei durante a minha permanência na UFMA, haja vista que foram fundamentais para o meu desenvolvimento intelectual.

Muito obrigado a todos os supracitados e àqueles que não foram citados, mas certamente fazem parte da minha vida, ou seja, os filósofos.

“Diz Cícero que filosofar não é outra coisa senão preparar-se para a morte. Isso, talvez, porque o estudo e a contemplação tiram a alma para fora de nós, separam-na do corpo, o que, em suma, se assemelha à morte e constitui como que um aprendizado em vista dela”.

Montaigne

RESUMO

Aborda-se neste trabalho à teoria das descrições definidas de Russell, no intuito de responder satisfatoriamente aos problemas de cunho analítico-filosófico que, por sua vez, estão imersos na linguagem ordinária. Primeiro expõe-se inicialmente a teoria das descrições definidas e suas ideias básicas, depois se apresentam concepções de caráter teórico-denotativo de filósofos que contribuíram para o surgimento da teoria das descrições definidas de Russell, a saber; Frege e Meinong. Posteriormente, o foco do trabalho centra-se em torno dos vários problemas que se mostram na linguagem ordinária, tais como: os enigmas da substituibilidade, do terceiro excluído e das existenciais negativas. A partir daí, a Teoria das Descrições Definidas é tratada pela análise russelliana. Por último, dá-se espaço para a crítica que se considera mais contundente à teoria das descrições definidas que foi desferida por Strawson. O objetivo geral neste trabalho é empreender uma significativa análise da linguagem ordinária, que se revela repleta de imperfeições e inconsistências, segundo a ótica russelliana. Ademais, o objetivo específico é demonstrar que através da análise russelliana, pode-se alcançar senão um esclarecimento, mas o estabelecimento duma linguagem dotada de lógica exata, ou seja, a linguagem ideal. Sabe-se que a tentativa de se elaborar uma linguagem ideal é um projeto pleiteado por inúmeros filósofos. Defende-se que este projeto é realizável através da teoria das descrições definidas de Russell. Portanto, esta defesa está implícita nas entrelinhas de todo o trabalho.

Palavras - chave: Bertrand Russell. Descrições Definidas. Linguagem. Mundo.

ABSTRACT

It is approached in this work Russell's theory of defined descriptions with the aim to satisfactorily answer to the problems of analytical-philosophical feature that, in their turn, are immersed in ordinary language. Firstly, it is presented conceptions of theoretical-denotative trait of philosophers who contributed to the appearance of Russell's theory of defined descriptions, namely: Frege and Meinong. Secondly, the work's focus is concentrated around various problems which are shown in ordinary language, such as the riddles of substitutability, excluded middle and existential negatives. From then on, theory of defined descriptions is dealt by russellian analysis. Lastly, it is accomplished the most incisive criticism to Russell's theory of defined descriptions, which was thrown by Strawson. The general objective of this work is to undertake a meaningful analysis of ordinary language which reveals itself full of imperfections and inconsistencies according to russellian view. Furthermore, the specific objective is to show that by means of russellian analysis it is possible to attain if not an elucidation, but the institution of a language constituted of an exact logic, that is to say, an ideal language. It is known that the attempt of elaborating an ideal language is a project supported by several philosophers. It is sustained that this project is possible through Russell's theory of defined descriptions. Therefore, this defense is implicit between the lines throughout the work.

Key-words: Bertrand Russell. Defined Descriptions. Language. World.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	EXPOSIÇÃO INICIAL DA TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE RUSSELL	15
3	A CRÍTICA RUSSELLIANA A ALGUNS ASPECTOS DA TEORIA DA DENOTAÇÃO DE FREGE	21
4	A CRÍTICA RUSSELLIANA À TEORIA DOS OBJETOS DE MEINONG	26
5	A DEFESA RUSSELLIANA DE SUA TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS	28
5.1	Ocorrências Primárias e Secundárias de Descrições Definidas	31
5.1.1	A solução de três enigmas lógico-filosóficos	32
6	A CRÍTICA DE STRAWSON À TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE RUSSELL	36
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Frequentemente muitos autores dão maior credibilidade à quantidade de páginas de suas respectivas obras (toda espécie de livro e trabalho de cunho intelectual) dando carácter primário a este aspecto. No entanto, concedem por vezes, involuntariamente papel secundário ao fator qualitativo que está diretamente atrelado à estrutura, conteúdo e elucidação de idéias inseridas em eventuais obras. Minha intenção não é estabelecer diretrizes para diferenciar obras de boa e má qualidade, nem empreender um método de análise demasiado criterioso acerca das nuances quantitativas e qualitativas de todas as obras.

Diz com verdade o Padre Tarrasson que, se avaliarmos o tamanho de um livro, não pelo número de páginas, mas pelo tempo necessário a compreendê-lo, poder-se-á afirmar de muitos livros que seriam muito mais pequenos se não fossem tão pequenos. Mas se, por outro lado, for proposto como objectivo a inteligência de um vasto conjunto de conhecimentos especulativos, embora ligados a um princípio único, poder-se-ia dizer, com igual razão, que muitos livros teriam sido muito mais claros se não quisessem ser tão claros (KANT, 2001, p.9).

Esta concepção não é conveniente em seu primeiro momento para este trabalho, manifesta um procedimento que preza pela quantidade de páginas para a compreensão fidedigna de qualquer que seja a obra, embora, num segundo momento perceba-se uma proposta conveniente. Haja vista que a clareza das obras está intrinsecamente ligada a um princípio único e as ponderações feitas em relação ao mesmo são dispensáveis, considerando-se que o conjunto é o essencial para a compreensão de uma obra e os seus pormenores são úteis, porém prescindíveis no âmbito desta.

Portanto, é possível que uma obra seja elucidativa e clarificadora, se houver a inserção de explicações parcimoniosas no seu conjunto, no intuito de reduzir ao máximo certas entidades, mas Kant não nos fornece explicitamente dentro de sua obra um princípio dessa espécie. Contudo, tem-se o objetivo de buscar fundamentação filosófica para a utilização de um princípio metodológico que norteie a empreitada teórico-filosófica que será instituída. Este será o método filosófico que estará imbuído no decorrer deste trabalho.

O princípio da parcimônia pode ser ontológico ou metodológico e os parâmetros de simplicidade requeridos podem variar entre o tipo e o número de entidades a serem admitidas. Como princípio metafísico ou ontológico, a

“navalha de Ockham” diz-nos que devemos acreditar no menor número possível de tipos de objetos. Como princípio metodológico a “navalha de Ockham” diz-nos que qualquer explicação deve apelar ao menor número possível de fatores para explicar o fato em análise. (ADAMS, 1987 apud BRANQUINHO; MUCHO; GOMES, 2006).

Tome-se a “navalha de Ockham” como princípio metodológico que acompanhará analiticamente as explicações que far-se-ão necessárias no transcorrer deste trabalho. A partir do argumento, é desnecessário explicar com muito aquilo que se pode explicar com pouco. Expõem-se peculiaridades favoráveis a qualquer tipo de obra em virtude da minimização de argumentos para que haja a diminuição de incidência em erro.

Decerto que quanto menos entidades forem solicitadas para a exposição conceitual de eventos, mais próximo estar-se-á da operacionalidade e exequibilidade do princípio da parcimônia e quanto mais entidades forem requeridas menos se cumprirá o propósito desse princípio e distante ficará o ideal dessa obra.

Ademais, a “navalha de Ockham” será utilizada como princípio metodológico ao longo de todo este trabalho. Entretanto, no que concerne a algumas partes do trabalho, tais como aquelas em que forem trabalhadas as teorias da denotação de alguns filósofos que serão citados, aplicar-se-ão dois princípios metodológicos nelas, ou seja, além da “navalha de Ockham” implementar-se-á a análise russelliana, visto que esta será entendida, enquanto uma análise lógico-filosófica da linguagem, isto é, um método para elucidar problemas de caráter teórico-denotativo no campo de atuação da filosofia analítica.

A análise russelliana, neste contexto em que está sendo trabalhada, deve ser compreendida, enquanto a utilização de um método de análise da linguagem empreendido por um filósofo analítico acerca de problemas de caráter linguístico-ontológico. Por intermédio dessa ótica far-se-ão ponderações no que diz respeito aos problemas que ainda serão apresentados.

No âmbito da contemporaneidade surge a filosofia analítica, mais especificamente no século XIX, com especulações filosóficas que acarretam querelas acerca da metafísica, teoria do conhecimento, lógica etc. Porém, esses temas são abordados no campo da linguagem que, por sua vez, na filosofia analítica tem importância, enquanto elemento utilizado tanto para analisar quanto entidade suscetível a análise e traz consigo a tarefa essencial da mesma neste contexto que

é analisar a linguagem em suas diversas facetas, tais como: lógico-formais e epistêmico-filosóficas.

Além disso, dá-se enfoque à linguagem ideal e à ordinária, pois o ato desta ser usada cotidianamente de maneira despretensiosa em muitas situações conduz-nos a equívocos, falácias e embustes que prejudicam o uso adequado e criterioso dela. Por conseguinte, nesta acepção linguístico-filosófica emergiram vários pensadores dentre os quais estão: Gottlob Frege (1848-1925), Alexius Meinong (1853-1920), Bertrand Russell (1872-1970) e Peter Strawson (1919-2006). Certamente, há uma miríade de filósofos imersos neste paradigma (filosofia analítica). Todavia, atribuir-se-á primazia neste trabalho aos autores citados.

No que tange ao foco da discussão dos filósofos mencionados acima, irrompe o tema deste trabalho, a saber, a teoria das descrições definidas e sua aplicação na relação entre linguagem e mundo. A partir das várias teorias com lacunas e inconsistências que mostrar-se-ão numa posição diametralmente oposta à defendida neste trabalho, mostrar-se-á a concepção russelliana como a mais consistente e satisfatória no que diz respeito ao vínculo linguístico-ontológico característico da vertente analítica, na qual os filósofos abordados estão inseridos.

A teoria da denotação de Frege, cujo desdobramento acarretara a subsequente tese: há duas noções essenciais para a compreensão das expressões denotativas, quais sejam: sentido e denotação. Por exemplo, “o autor do *Novum Organum*” tem dois constituintes do sentido que são: o autor e o *Novum Organum*. Entretanto, a denotação é Francis Bacon que não está explícita na expressão denotativa. Logo, o autor e o *Novum organum* são constituintes do sentido, mas Francis Bacon é a denotação não constituinte da expressão denotativa.

O filósofo Meinong intencionara empreender uma teoria da denotação, cuja tese fundamental é: qualquer que seja a expressão, se for denotativa e espelhar de modo gramaticalmente correto um objeto, então é genuína. Por exemplo, a expressão “o círculo quadrado” é considerada expressão genuína. O que *prima facie* pode resultar numa perspectiva de difícil plausibilidade.

Neste embate Russell apresentara sua teoria das descrições definidas e sucintamente a tese é a que se segue: as expressões denotativas são destituídas de sentido por si mesmas, este só ocorre quando tais expressões aparecem no contexto das proposições. Por exemplo, “o número primo depois de 11”; isoladamente, esta expressão não é provida de sentido, mas em dado contexto

proposicional há sentido. Esta noção fora aceita por muitos anos na esfera teórico-denotativa da filosofia analítica.

Porém, surgira uma relevante crítica à teoria das descrições definidas de Russell, Strawson fora o instaurador. A tese de sua teoria da denotação é: os pronomes demonstrativos são os termos que possibilitam denotar unívoca e inequivocamente particulares básicos e não básicos.

A apresentação das teses das teorias da denotação dos autores em tela, de modo resumido, é apenas metodológica (navalha de Ockham) e inevitavelmente suscita várias objeções. Entretanto, a exposição detalhada das teorias será expressa no desenvolvimento do trabalho. Por ora, as considerações são de cunho introdutório, mas não menos imprescindíveis à compreensão do mesmo.

Como aqui dar-se-á precípua atenção à teoria das descrições definidas de Russell acredita-se ser necessária uma breve exibição acerca da vida pessoal de Russell e uma explanação sobre o contexto histórico-filosófico em que a teoria das descrições definidas fora gerada. Bertrand Arthur William Russell nascera em 10 de Maio de 1872 em Trellek, País de Gales. Tivera infância voltada ao estudo da matemática e quando se depara com o sistema de geometria de Euclides deslumbra-se com as proposições do sistema, a ponto de considerar a matemática sua fonte principal de felicidade. Mais tarde, exatamente em 1890, ingressa no “Trinity College” em Cambridge, onde adquire um costume que o acompanhará por toda a trajetória de sua vida: a honestidade intelectual. Filósofo de formação acadêmica, em 1894 gradua-se em filosofia. Em 1903 Russell escrevera *The Principles of Mathematics* e entre 1910 e 1913 publicara com seu amigo, o filósofo e matemático Alfred North Whitehead, a obra *Principia Mathematica*.

Os dois compartilhavam que, em virtude do auxílio de uma linguagem logicamente perfeita, poder-se-ia estabelecer a melhor forma de denotar objetos, haja vista que o problema mostra-se, porque existe o hábito corriqueiro e obsoleto de nomear aquilo que não deve ser nomeado.

Categoricamente, Russell adentrara num empreendimento de análise relacionado à linguagem e mundo, configura-se a Teoria das Descrições Definidas, cujo esboço se encontra em *The Principles of Mathematics*, porém ela fora publicada no ano de 1905, em um de seus célebres artigos, intitulado: *On Denoting* (“Sobre a Denotação”).

Ao desenvolver essa teoria, o propósito de Russell estava intimamente relacionado com seus esforços para reparar o dano causado à sua filosofia da matemática pelo paradoxo – e, em particular, a seus esforços para remover as classes de sua ontologia-, mas este aspecto da teoria tende hoje a ser esquecido. “Denotação” é o termo que Russell conferiu nos Princípios da matemática à relação lógica entre um conceito e um objeto, classe, ou número (estes, é claro, não sendo categorias distintas nos princípios, pois naquele estágio do pensamento de Russell, um número era uma classe e uma classe era um objeto). Assim, o conceito “a primeira mulher a ser Primeiro Ministro da Grã-Bretanha” denota Margaret Thatcher; “o próximo número primo depois de 7” denota o número 11; “todos os números pares” denota a classe infinita dos números pares etc. (MONK, 2000, p.39).

Logo, infere-se que apesar de haver exposto inicialmente a teoria das descrições definidas em “Sobre a Denotação”, Russell a desenvolve nos Principia Mathematica, por exemplo, quando introduz o operador ι (letra grega minúscula iota) para representar formalmente uma descrição definida, porém o objetivo primário da teoria é desvendar alguns enigmas filosóficos que perpassaram a história da filosofia sem resposta satisfatória.

No tocante à teoria, é mister apontar certas expressões e termos utilizados amiúde pelo filósofo. Ora, nisto consiste o exercício hermenêutico-filosófico, ou seja, interpretar com minúcia e esmero as partes essenciais que compõem o todo num texto filosófico. Sendo assim, a ideia de denotação, função proposicional, a teoria do conhecimento de Russell, concomitante às expressões conhecimento de trato e conhecimento acerca de e as expressões dêiticas, servem de revestimento ao corpo da teoria das descrições definidas, isto é, são invólucros conceituais que estão imbuídos nos vários aspectos da teoria aqui defendida.

Não obstante, ele evidencia a sua teoria com rigor analítico tão criterioso que se torna lícito ressaltar que a teoria das descrições definidas é a resposta contemporânea mais satisfatória a determinados problemas que serão abordados. Por conseguinte, é válido identificá-los como: o enigma da substituibilidade, o enigma do terceiro excluído e o enigma das existenciais negativas.

Doravante, estes enigmas guiarão a análise de cunho linguístico-ontológico de Russell, no intuito de atribuir-lhes uma resposta possível. Sob esta égide delineiam-se peculiaridades notáveis: clareza, rigor e sobriedade. Imiscuídos no pensamento russelliano no decorrer de sua elaboração teórica, o que resulta numa teoria complexa, mas de compreensão acessível àqueles que se propuserem a entendê-la.

Uma ulterior e conveniente ressalva deve ser feita no intuito de se indicar o itinerário das argumentações, ou seja, a delimitação do terreno em que se deambulará. Inicialmente será disposta a teoria das descrições definidas, de sorte que se entendam alguns pormenores relativos a ela. Em seguida, a crítica desferida à teoria da denotação de Frege por Russell será o escopo do labor filosófico. Sucessivamente, a crítica à teoria dos objetos de Meinong, por Russell, insurgirá de forma direta no pensamento russelliano.

No tocante à teoria das descrições definidas, se faz presente a intenção de apresentá-la e defendê-la através de alegações pautadas no pensamento de Russell. Daí o subtítulo da obra em xeque, uma análise russelliana. Depois se abrirá espaço à crítica de Strawson à teoria das descrições definidas de Russell e ao término do trabalho far-se-ão as devidas ponderações ligadas ao assunto abordado.

2 EXPOSIÇÃO INICIAL DA TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE RUSSELL

Na estirpe de teorias da denotação que pleiteiam apreender objetos por meio do modo de apresentação linguística de entidades encontra-se a teoria das descrições definidas de Russell. Nessa linha de investigação analítico-filosófica não se atribui a descrições definidas a assunção de nomes próprios que estimam referir diretamente os seus portadores.

Embora seja intrínseca a essa concepção a denotação dos objetos via descrições atributivas, que designam propriedades concernentes aos objetos na tentativa de apresentá-los, porém de modo indireto, posto que essa forma de abarcar linguisticamente entes se mostra eficaz e eficiente na acepção da sua aplicabilidade e funcionalidade.

O conceito de denotação, na perspectiva de Russell, é o seguinte: denotação, não é outra coisa senão uma descrição atributiva que é feita ao objeto denotado, se e somente se este objeto preenche dadas atribuições. Juntamente com o conceito de denotação de Russell há as expressões denotativas e suas nuances que são: um homem, qualquer homem, cada homem, todos os homens, o atual presidente dos Estados Unidos, o atual imperador do Brasil.

Estas expressões são consideradas denotativas devido a sua forma. Portanto, é legítimo o acréscimo das variantes de gênero e número à forma das descrições denotativas: toda, quaisquer, uma, algumas, a, as etc. Some-se a isso, os três tipos de expressões consideradas denotativas quais sejam: (1) expressões que não denotam nada; por exemplo, “o atual imperador do Brasil”. (2) expressões que denotam um objeto definido; por exemplo, “o atual presidente dos Estados Unidos”. (3) expressões que denotam de modo ambíguo; por exemplo, “um homem”. Tratar-se-á no decorrer dessa obra de expressões denotativas que contenham descrições definidas.

Ainda que haja uma vasta literatura filosófica voltada a uma formulação conceitual contrária à de Russell, não se deve postergar a intenção nesta seção que é apresentar de modo esclarecedor e elucidativo a teoria das descrições definidas em sua fase incipiente e concomitantemente expor alguns de seus aspectos fundamentais.

É necessário explicitar a diferença entre referência e denotação, porque existe uma confusão hermenêutica e não propriamente uma divergência entre esses termos que são dotados de significados distintos e não visam significar as mesmas entidades, ou seja, só haveria a contenda se os dois se propusessem a captar as mesmas entidades. Nisso consiste corriqueiramente o equívoco, sendo esta concepção proveniente da teoria de Russell.

A referência é uma relação lingüística entre uma palavra ou uma seqüência de palavras e um objeto, por exemplo, entre um nome e uma pessoa. Na teoria de Russell, os nomes não denotam; o que denota é um conceito e, na linguagem, a denotação é alcançada por meio de uma descrição, e não de um nome. (MONK, 2000, p.39 - 40).

O mérito desta assertiva é que se distingue a função da referência da função da descrição definida. Enquanto a primeira refere-se pelas palavras aos objetos a última ilusoriamente parece ser um nome, porém de fato não o é. O que realmente a descrição definida intenciona é a atribuição de propriedades aos objetos e não referi-los como se pode pensar equivocadamente.

Conjuntamente à ideia de denotação proposta por Russell surge a noção essencial de função proposicional, onde $C(x)$ representa, de acordo com a linguagem do cálculo de predicados, o que prossegue: C expressa um símbolo de predicado ou uma relação de propriedade e x é uma variável individual que, por sua vez, adquire papel preponderante por ser uma noção de caráter indeterminado.

A teoria do conhecimento de Russell nos coloca a par de duas maneiras de conhecer objetos, a saber; o conhecimento de trato e o conhecimento acerca de. O que caracteriza essencialmente a primeira é a apreensão de representações pela percepção sensorial, ao passo que a outra se nutre de expressões denotativas para sua efetividade.

Dentro dessa diferenciação o que se postula é o amadurecimento do termo familiaridade (*acquaintance*), que é inerente ao conhecimento de trato, tendo como condição sensível a percepção, onde ocorre o processo receptivo; o modo de conhecer sensível também acontece no pensamento de modo abstrato, ou seja, o conhecimento de trato se funda tanto na percepção quanto no pensamento.

O conhecimento acerca de, por ser mediato, tem uma peculiaridade própria que advém da indicação de objetos através de descrições que são instituídas, mas não se detém àquilo que fora estabelecido pelo conhecimento de

trato. Apesar de haver a insinuação dos objetos, somente há uma vaga ideia sobre os mesmos. No entanto, eles não se dão nos sentidos, porém supõe-se o objeto pelas descrições que são feitas acerca dele.

A correlação que existe entre conhecimento de trato e conhecimento acerca de se sedimenta numa complementaridade que abre caminho ao uso bem sucedido desses elementos epistêmicos, que desemboca na afirmação de que um não pode ter sucesso sem o outro. Logo, o pensamento para ser elucidativo deve aderir ao conhecimento de trato das coisas e prover-se do conhecimento acerca de coisas das quais não se tem conhecimento de trato.

Por exemplo, a frase “O universo originou-se num instante definido” expressa algo dessas duas noções (trato, acerca de) salvo que há o conhecimento de trato de constituintes da frase, tais como: o universo, a origem e um instante definido. Entretanto, não se sabe especificamente em que ponto isso se deu, porém se pode afirmar certo número de proposições em relação ao ponto, sendo estas expressas mediante o conhecimento acerca de.

Assim, o alicerce dessa consideração alude a que o conhecimento de trato é obtido por meio do dado-sensível que capta os constituintes que estão contidos na frase denotativa, dos quais se tem familiaridade. Daí decorre que o objeto descrito pelo conhecimento acerca de é o causador do dado-sensível e, por mais que seja adquirido através de descrições numa frase denotativa, não está contido como constituinte dela. No entanto, é indicado via palavras imersas na frase denotativa, cujos significados consolidam-se no conhecimento de trato.

Ele [Russell] apresenta o termo ‘dado-sensível’ para referir-se a ‘coisas tais como, cores, odores, durezas, asperezas, e assim por diante’, qualificando de nossa consciência dos ‘dados-sensíveis’. Distingue o que chama de ‘conhecimento pelo conhecimento’ de “conhecimento por descrição”. Ao problematizar sobre o conhecimento das coisas, Russell afirma que só podemos ter conhecimento direto de um dado-sensível, de nós mesmos e dos nossos estados mentais. Argumenta também que não há conhecimento direto de objetos físicos, mas inferências com relação a objetos tais como mesas, árvores, cachorros, casas e pessoas com base no dado-sensível, sendo os objetos as causas do dado-sensível (COLLINSON, 2009, p.235).

Uma digressão deve ser feita objetivando-se o esclarecimento da discussão de cunho filosófico-analítico entre Russell com suas expressões dêiticas e Strawson com seus pronomes demonstrativos, no intuito, de direcionar os leitores deste trabalho até às últimas consequências da relação linguístico-ontológica no âmbito das teorias descritivistas dos filósofos supracitados.

Não obstante, esta é uma discussão secundária e posterior àquilo que discutir-se-á primariamente nesta obra, pois na primeira discussão os filósofos analíticos dão primazia aos nomes logicamente próprios e na última eles focam descrições definidas, isto é, expressões cuja forma é 'o fulano de tal'. Logo, as considerações que se farão relativas a nomes logicamente próprios têm como objetivo elucidar o debate em que os mesmos estão inseridos, embora a finalidade desta obra seja apresentar e defender a teoria das descrições definidas mediante à análise russelliana.

Deve-se considerar que por mais que as descrições definidas enxertem objetos de maneira oblíqua e ainda que se consiga denotar objetos com os quais não há contato imediato pelas descrições atributivas, só existe para Russell um tipo de expressão que consegue denotar diretamente certas entidades. São expressões do tipo dêiticas (do grego *deiktikós*: demonstrativo) encabeçadas pelos termos "isto" e "aquilo", cujo uso requer uma ligação direta entre o usuário da descrição demonstrativa e o portador da descrição.

As expressões dêiticas são as únicas consideradas genuínas para Russell e ele as eleva à categoria de nomes logicamente próprios e somente as expressões dêiticas "isto" e "aquilo" são membros do conjunto de nomes logicamente próprios que têm em si a potencialidade de formar uma sentença singular legítima, embora os outros nomes espúrios intencionem fazê-lo, tais como: Marcos e Rio de Janeiro, mas tenham somente um aparente caráter de singularidade, pois para Russell nomes próprios são abreviações de descrições, porque não descrevem os objetos intencionados imediatamente, uma vez que descrever objetos com autenticidade é uma propriedade inerente aos nomes logicamente próprios. Contudo, o contato imediato das expressões dêiticas "isto" e "aquilo" não é referente a objetos físicos.

Ora, como nomes logicamente próprios se sustentam, se não há contato imediato com os objetos referidos por eles? Há diferença entre objetos físicos e particulares e explicar o que são os particulares para Russell é essencial nesta acepção, pois neles subjaz a resposta. Cada particular está por si só, é auto-suficiente e subsiste temporariamente na experiência, ou seja, só se pode denotar um particular que estiver sendo produto da percepção momentaneamente.

As consequências são que as expressões dêiticas de certa forma denotam particulares que não são outra coisa senão dados sensíveis oriundos de

experiências particulares privadas. Isto torna as expressões dêiticas genuínas, porém o acesso delas não é direto, visto que só ocorre a especificação de certa entidade que se intenciona denotar por meio de uma descrição.

Por exemplo, caso se queira denotar uma cadeira, cuja cor seja branca e esta esteja em contato imediato com alguém que vá denotá-la, se utilizam dois termos “isto” ou “aquilo” para designar esta cadeira branca (particular), embora só um dos termos, qual seja, “isto” é o suficiente para o exemplo em tela. Então, se profere-se a proposição “Isto é branco” será o suficiente para a pretensa denotação do particular sob análise, qual seja: a cadeira branca. Ademais, fica patente que o termo “isto” é usado como nome logicamente próprio, ou seja, serve para identificar demonstrativamente aquilo que se apreende pelo dado-sensível, neste caso o particular, mas não para identificar demonstrativamente objetos físicos.

Entretanto, certa entidade (a cadeira branca), por não ser constituinte da proposição, não é apreendida imediatamente. Portanto, os constituintes com os quais se tem contato imediato na verdade não são objetos físicos, mas particulares capturados pelo dado-sensível através de ilações causadas pelos objetos físicos.

Caso se estabeleça que haja conhecimento imediato de objetos através de palavras como: “isto” e “aquilo”, não se designam entidades como: mesas, camas, portas etc. Russell se reporta a particulares de vida efêmera que se dão na experiência por um curto espaço de tempo, aos quais lhes atribui incumbência de objetos verdadeiros, indo diretamente contra a ideia dos objetos que atravessam o tempo serem objetos verdadeiros. Entretanto, Strawson institui a noção de pronomes demonstrativos, a saber, “isto” e “aquilo”. De modo que eles são os únicos termos que conseguem ser referidos a particulares básicos (corpos materiais) genuinamente.

Contudo, a ideia de pronomes demonstrativos é análoga à de expressões dêiticas, porém há uma diferença crucial no tocante aos particulares básicos, uma vez que se pode ponderar com o respaldo do pensamento de Strawson que particulares básicos são providos de existência duradoura, ou seja, podem ser referidos no decorrer do espaço-tempo.

No entanto, da concepção de Russell deriva que particulares têm como característica a existência efêmera, porque eles dependem de nossa experiência bem como duram este curto período de tempo em que ocorre a nossa experiência deles.

Em suma, particulares básicos são aquilo a que os pronomes demonstrativos são referidos, posto que é sempre alguém que faz referência a algo. Além disso, o que ampara esta correlação referencial entre “isto”, “aquilo” e corpos materiais não é outra coisa senão uma identificação demonstrativa que ocorre por meio da percepção de locutores em contextos de elocução nos quais os particulares básicos são apreendidos empiricamente.

Surge a questão, quando esta condição empírico-perceptiva de identificação demonstrativa entre pronomes demonstrativos e particulares básicos pelos locutores não acontece, requerem-se quais meios para se identificar os particulares não básicos?

Antes de responder a questão é necessária a exposição do que se compreende por “particulares não básicos”. Estes, por sua vez, são objetos que não estão dados no campo perceptivo de interlocutores imersos em diferentes contextos de elocução, porém quem faz uma identificação demonstrativa só obtém êxito, se os particulares (básicos ou não básicos) a que se visam referir estão no campo empírico-perceptivo dos interlocutores de modo direto ou indireto.

Todavia, a resposta de Strawson ao problema da identificação demonstrativa de particulares não básicos é dependente da identificação demonstrativa de particulares básicos, visto que se identificam os particulares não básicos através da interdependência de: pronomes demonstrativos, descrições identificadoras e nomes próprios. Ora, somente com o auxílio de descrições identificadoras e nomes próprios se consegue referir aos particulares nos contextos em que eles não são percebidos diretamente.

Infere-se que identificação não demonstrativa repousa sobre identificação demonstrativa, porque um locutor num contexto de elocução pode não obter êxito na identificação demonstrativa de um particular que não está no seu campo de percepção, via o uso que faz somente de pronomes demonstrativos, mas se ele apelar a descrições ou nomes próprios que se relacionam unívoca e inequivocamente a outro particular que pode ser demonstrativamente identificado, então a identificação demonstrativa é bem-sucedida, sobretudo, devido ao fato de toda identificação demonstrativa de particulares requerer necessariamente elementos demonstrativos na concepção de Strawson.

3 A CRÍTICA RUSSELLIANA A ALGUNS ASPECTOS DA TEORIA DA DENOTAÇÃO DE FREGE

O conceito de denotação no campo analítico-filosófico do pensamento fregeano tem o sentido e a referência como ponte de ligação do nome ao objeto. A denotação, por ser nesse âmbito linguístico-ontológica, toma como critério empírico para o seu uso correto a verificação subjetivo-representativa que se tem do objeto que, por sua vez, é a referência do nome.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto. A comparação seguinte poderá, talvez, esclarecer estas relações. Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a própria lua à referência; ela é o objeto da observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira, comparo-a ao sentido, a segunda, à representação ou intuição (FREGE, 1978, p.65).

Proposto o conceito de denotação na ótica fregeana, é indispensável uma exposição, ainda que breve, da ideia nuclear da teoria da denotação de Frege e após a explanação teórica poder-se-á criticar alguns dos tópicos que serão abordados com base na teoria das descrições definidas de Russell. Afinal de contas, uma crítica para ser bem sucedida deve preencher pelo menos algumas condições, tais como: a identificação e a análise daquilo que é criticado.

É importante estabelecer no contexto linguístico-conceitual de Frege qual a função de um nome próprio. Ele funciona como designador de um objeto singular, pode ser expresso por meio de um nome próprio genuíno como, por exemplo, Sócrates, através de várias palavras como, por exemplo, “o mestre de Platão” e por outros sinais como “a” ou “b”.

Em relação aos nomes próprios num sentido corriqueiro, por exemplo, “Platão” e “Aristóteles”, sozinhos não apreendem seus respectivos portadores intencionados, no entanto, essa apreensão só ocorre se houver a descrição atributiva desses nomes, por exemplo, “Platão, o filósofo” e “Aristóteles, o preceptor de Alexandre Magno”. Contudo, estes nomes próprios são abreviações de descrições definidas, pois se eles forem empregados sem descrições definidas não se saberá ao certo quem estão a designar.

Por vezes, nomes próprios estão contidos em sentenças. Isto ocorre com duas finalidades: quanto ao valor-de-verdade da sentença e quanto à classe de

sentenças em que estão contidos os nomes próprios. Em decorrência disso, emergem duas indagações: quais as sentenças que contêm nomes próprios podem ser consideradas quanto ao seu valor-de-verdade? Quais classes de sentenças que contêm nomes próprios são mencionadas? A primeira corresponde às sentenças que expressam verdade e falsidade nos seus enunciados e a última corresponde à classe de sentenças que contém como membros as sentenças declarativas.

A título de exemplificação se salienta que na sentença declarativa “Barack Obama é o atual presidente dos Estados Unidos”, o valor-de-verdade está ligado à constatação do fato de existir pelo menos um homem que seja Barack Obama e que tenha ou não a propriedade de ser o atual presidente dos Estados Unidos; se a tem, a sentença é verdadeira, mas se não a tem, a sentença é falsa.

A partir da análise das sentenças de identidade da forma “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ” poder-se-ia supor que as duas sentenças, devido a suas formas, apresentam valores cognitivos idênticos. Todavia, Frege nos demonstra que tal presunção não ocorre, visto que apesar de as sentenças em tela terem uma identidade referencial, o sentido pelo menos numa delas é distinto.

A primeira sentença tem a forma de um juízo analítico, onde a propriedade está contida no sujeito, nenhuma informação é acrescentada ao sujeito e não é necessário recorrer à experiência para enunciá-la. Entretanto, a última sentença tem a forma de um juízo sintético, onde a propriedade não está contida no sujeito, pois pelo menos uma informação é acrescentada e a experiência serve como condição necessária e suficiente para enunciá-la. Sinteticamente, a primeira não apresenta valor informativo, mas a última sim.

O problema que é inerente a essa identidade referencial parte de nomes que isoladamente não desempenham uma função informativa, o que impossibilita a atribuição de valor informativo a uma sentença. Contudo que haja uma maneira de descrever objetos de modo informativo que acrescente conteúdo aos objetos, pode-se atribuir um valor informativo às sentenças que denotam objetos. Daí surge a pergunta: como esse procedimento ocorre, pressupondo-se que “ $a=b$ ” são sinais diferentes que se referem ao mesmo objeto?

Dessa forma, se estipula como modelo explicativo o que se segue: a frase “Barack Obama é Barack Obama” é representada pela forma “ $a=a$ ” e “Barack Obama é o atual presidente dos Estados Unidos” é representada pela forma “ $a=b$ ”, ou seja, sinais são meios de referência ao objeto, mas só através do sentido se

acrescenta informação ao objeto. Logo, o sentido, enquanto o modo de apresentação que determina unívoca e inequivocamente o objeto é o elemento essencial para a compreensão do que se está a referir.

Esta é a diferença entre a referência de nome próprio e/ou objeto e o modo de apresentação e/ou sentido. Não é somente o nome que denota o objeto. Entretanto, nesta relação manifesta-se o sentido que é o fator preponderante e mediador da interconexão semântica entre nomes próprios e objetos. Consequência disso é que cada nome próprio exprime um sentido. Embora o objeto de referência de dois nomes próprios seja o mesmo, deve-se evitar com esse esquema de sinais ambiguidades que possam aparecer na linguagem.

Frege indicara que para haver uma linguagem ideal em que não haja contradições, paradoxos etc., a ligação de diferentes sentidos a um único nome próprio deve ser impedida, uma vez que numa ideografia é preferível que para cada nome próprio se empregue um sinal que se refira objetivamente a um objeto e que o sentido do sinal seja unívoco e inequívoco, satisfazendo assim os requisitos duma ideografia.

Russell percebera uma lacuna embutida na concepção fregeana de denotação qual seja, Frege tivera que atribuir valor-de-verdade a sentenças cujos nomes denotavam objetos inexistentes, mas como fazê-lo, se não havia a experiência ontológica do objeto como condição necessária e suficiente?

A resposta de Frege fora a criação da classe-zero onde estaria a referência de qualquer sentença em que nomes próprios são utilizados para denotar objetos inexistentes. No que concerne ao valor-de-verdade, a alternativa seria não conferir verdade ou falsidade às sentenças dotadas de nomes próprios que não denotam objetos e deriva disso o fato de serem sentenças pertencentes à classe-zero.

As dificuldades para a interpretação fregeana surgem com a análise de sentenças, cujos nomes referem objetos não existentes. Se ter referência é essencial para os nomes, a fim de que as sentenças em que ocorrem sejam significativas, então, como explicar que sentenças com nomes que nada designam sejam compreensíveis? A alternativa de Frege foi estipular um referente geral para os nomes sem referentes. Para Frege, a referência desses nomes é a classe-zero (*Null-Klasse*). Um outro problema, no entanto, é o de como conferir um valor de verdade para essas sentenças. Suponhamos que todas as sentenças com nomes que nada referem têm como referente a classe vazia. Essas sentenças são então verdadeiras ou falsas? Uma maneira de se enfrentar o problema é simplesmente renunciar

a atribuir um valor de verdade para esse tipo de sentenças (BRITO, 2003, p.53- 54).

Reportando-se à ideia exposta anteriormente em relação ao objeto denotado, pode-se exemplificá-la desta maneira na sentença “Napoleão Bonaparte é o atual presidente da França”. Se não há constatação de tal fato empiricamente, então, fica claro que não existe denotação quanto a alguém que seja ao mesmo tempo Napoleão Bonaparte e o atual presidente da França. Embora, de acordo com o pensamento fregeano esta sentença tenha como denotação a classe-zero que é a classe de sentenças dotadas de nomes próprios que não denotam nada.

No que tange ao valor-de-verdade da sentença em discussão, precipitadamente alguém pode lhe atribuir falsidade, por não haver alguém que seja ao mesmo tempo Napoleão Bonaparte e o atual presidente da França, mas seguindo a ideia de Frege, não cabe nesta acepção atribuir valor-de-verdade a tal sentença, porque os nomes da sentença têm como referente a classe-zero que é a classe composta de membros que não têm referente. Logo deve-se destituir a sentença em tela de qualquer que seja o valor-de-verdade.

Ora, ainda na perspectiva fregeana, o sentido desta sentença é o pensamento de que Napoleão Bonaparte é o atual presidente da França, porém esta sentença tem como referente a classe vazia e, por isso, não é constituída de valor-de-verdade. Segue-se, na perspectiva fregeana, que não se deve atribuir valor-de-verdade a tal sentença, já que ocorre simplesmente um emprego incorreto da mesma.. Sendo assim, tal sentença dotada de nome próprio e propriedade não denota nada em virtude de não haver uma pessoa que preencha a referência e o sentido requeridos pela mesma.

Russell vira a alternativa encontrada por Frege à distinção entre sentido e referência com desconfiança quanto a sua credibilidade lógico- linguística, porque tal procedimento de diferenciação semântico-referencial incide numa transgressão estrutural do princípio do terceiro excluído que versa, grosso modo: uma sentença ou é verdadeira ou é falsa, cuja representação no cálculo sentencial é $A \vee \neg A$.

Erige-se uma questão: como ocorre esta transgressão estrutural do princípio do terceiro excluído? Tomando-se como modelo explicativo a sentença “Napoleão Bonaparte é o atual presidente da França ou Napoleão Bonaparte não é o atual presidente da França”, pode-se expor como se dá o processo, no qual ocorre tal transgressão.

Contudo, na contra-argumentação imersa na concepção russelliana subsidiada pelo princípio do terceiro excluído, evidencia-se que a sentença “Napoleão Bonaparte é o atual presidente da França ou Napoleão Bonaparte não é o atual presidente da França” é expressa pela disjunção $P \vee \neg P$.

Por exemplo, segundo o pensamento russelliano “Napoleão Bonaparte é o atual presidente da França ou Napoleão Bonaparte não é o atual presidente da França” é uma sentença logicamente verdadeira, pois uma disjunção é verdadeira se pelo menos uma de suas partes for verdadeira. Portanto, é verdadeiro que “Napoleão Bonaparte não é o atual presidente da França”, ao invés disso, é falso que “Napoleão Bonaparte é o atual presidente da França”, diferentemente da concepção fregeana que considera a sentença “Napoleão Bonaparte é o atual presidente da França ou Napoleão Bonaparte não é o atual presidente da França” como referente à classe vazia e, por isso, sem valor-de-verdade.

Russell admite que Frege incide numa violação estrutural do princípio do terceiro excluído, por não considerar a sentença disjuntiva nem verdadeira nem falsa. Russell sustenta que possui valor-de-verdade qualquer sentença “A”, expressa por proposição disjuntiva, cuja forma é $P \vee \neg P$.

Logo, seguindo as objeções de Russell a esse aspecto da teoria da denotação de Frege, ressalta-se que a distinção fregeana entre sentido e referência apresenta dificuldades lógico-formais que desencadeiam uma investigação linguístico-ontológica presidida pela análise russelliana.

Dois enigmas foram expostos: o da substituíbilidade e o do terceiro excluído, sendo as suas respectivas respostas insatisfatórias na ótica russelliana. No capítulo em que trabalhar-se-ão a apresentação e a defesa da teoria das descrições definidas de Russell retomar-se-ão os enigmas supracitados e novas respostas serão dadas sob a presunção de serem satisfatórias.

4 A CRÍTICA RUSSELLIANA À TEORIA DOS OBJETOS DE MEINONG

Numa perspectiva linguístico-ontológica instituída por Meinong, os conceitos de ser e existência servem de substrato à sua teoria dos objetos, visto que após estas noções, isto é, ser e existência, serem expostas conjuntamente às categorias que derivam delas, a saber, existência ou realidade atual, subsistência e absistência ou ser-dado, torna-se indispensável criticá-las, através da análise russelliana, estabelecida como fundamento analítico-filosófico no transcorrer de algumas teorias da denotação, até o presente momento citadas na obra em desenvolvimento, tais como: a de Frege e a de Meinong.

Ora, o conceito de ser, na ótica de Meinong, pode ser entendido enquanto aquilo em virtude do qual uma coisa pode ser objeto do pensamento. Ao invés disso, ainda na concepção de Meinong, concebe-se o conceito de existência como o *status* ontológico substancial atribuído a ela. Uma ilustração que pode ser feita para diferenciar e elucidar os conceitos de ser e existência, segundo Meinong, é a que se segue: um cavalo possui existência, porém um unicórnio não a possui, uma vez que em sua essência um unicórnio é provido de ser. A distinção reside no fato da existência do cavalo ser material e temporal, no entanto, o ser do unicórnio é imaterial e atemporal, ou seja, subsiste.

No tocante às três categorias de objetos suscetíveis à denotação:

Existência (Existenz, verbo: existieren) ou realidade atual (Wirklichkeit), que denota o ser material e temporal de um objeto. Subsistência (Bestand, verbo: bestehen), que denota o ser de um objeto em um sentido não-temporal. Absistência ou ser-dado (Gegenbenheit, como no uso alemão es gibt, i.e. 'há', 'é dado'), que denota ser um objeto, mas não tendo ser. (ALEXIUS MEINONG, 2011).

Em suma, ressalta-se que certos objetos existem (estátuas, mesas, chaves, etc.); em princípio há objetos que não existem (anjos, duendes, números, etc.), embora estes objetos subsistam, isto é, tenham ser. Por conseguinte, há objetos que sequer subsistem, ou seja, são impossíveis (a bola quadrada, o planeta triangular), nesta acepção tais objetos absistem.

O conceito primordial da teoria dos objetos de Meinong é engenhoso, porque no seu campo de ação se presume denotar qualquer que seja o objeto por meio de expressões denotativas que preencham certos critérios. Por sua vez, o objeto pode ser real ou irreal, no entanto, as condições ontológicas dos objetos são

secundárias, pois a ideia primária está na estrutura formal das expressões denotativas. Se elas forem compatíveis com quaisquer que sejam as regras gramaticais de uma linguagem, então lhes são compelidas a assunção de gramaticalmente corretas, independentemente do estado ontológico do objeto denotado, isto é, se ele é ou se não o é. Nisto consiste a engenhosidade da teoria dos objetos de Meinong. Entretanto, uma pergunta irrompe como necessária para se compreender a teoria da denotação em tela, a saber, como se dá o processo de admissão das expressões denotativas na teoria dos objetos de Meinong?

Dentre as possíveis teorias, que admitem tais constituintes, a mais simples é a de Meinong. Esta teoria toma qualquer expressão denotativa gramaticalmente correta como representativa de um objeto. Por conseguinte 'o atual rei da França', "o quadrado redondo", etc., supõem ser objetos genuínos (RUSSELL, 1978, p.6).

Tome-se como exemplo a expressão denotativa "a bola quadrada". Embora se possa deliberar sem hesitação num contexto linguístico ordinário que tal expressão é inadequada quanto à semântica inerente a ela, porém é correta quanto à sintaxe. A expressão denotativa no âmbito da concepção de Meinong é gramaticalmente correta, ou seja, na relação sintático-semântica e ontológica entre expressão denotativa e objeto tal expressão é válida e correta em sua empregabilidade. Apesar de objetos impossíveis não subsistirem, mas absistirem, admite-se que tanto objetos possíveis quanto impossíveis sejam legítimos. Esta é a ideia central que permeia na perspectiva da teoria dos objetos de Meinong a relação entre linguagem e mundo.

Todavia, Russell identificara que os objetos supostos por Meinong infringem o princípio de não-contradição que versa, grosso modo: um ente não pode ser e não-ser ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, podendo ser representado pela forma $\neg (A \wedge \neg A)$. Seguindo a linha do pensamento de Meinong, se retoma o exemplo da expressão denotativa "a bola quadrada". A partir desta expressão, sustenta-se que a bola é quadrada e não é quadrada, porém no âmbito da análise russelliana tal justificativa não é tolerável.

O último enigma, das existenciais negativas, fora exposto, estabelecera-se uma resposta possível através da concepção de Meinong, mas de maneira errônea e inconsistente, segundo Russell. No capítulo seguinte tentar-se-á desvendar o enigma mencionado sob a ótica do pensamento russelliano.

5 A DEFESA RUSSELLIANA DE SUA TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS

A mola propulsora da teoria das descrições definidas de Russell é a noção fundamental de variável individual, ou seja, a ideia de variável individual está atrelada ao ato de um quantificador servir de operador para funcionar existencial ou universalmente em relação ao objeto referido pela variável individual. Assim, garante-se a singularidade de qualquer que seja a descrição definida que se possa utilizar nesta acepção.

Tomo a noção de variável como fundamental; uso “C(x)” para significar uma proposição na qual x é um constituinte, onde x, a variável é essencial e totalmente indeterminada. Podemos, então, considerar as duas noções “C(x) é sempre verdadeira” e “C(x) é algumas vezes verdadeira”. Logo, Tudo, nada e algo (que são as mais primitivas das expressões denotativas) devem ser interpretadas como se segue: C(tudo) significa “C(x) é sempre verdadeira”; C(nada) significa “‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira”; C(algo) significa “É falso que ‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira”. Aqui a noção “C(x) é sempre verdadeira” é tomada como fundamental e indefinível, e as outras são definidas através dela. Tudo, nada e algo não são supostas ter qualquer significado isoladamente, mas um significado é atribuído para cada proposição em que elas ocorrem. Este é o princípio da teoria da denotação que pretendo defender: as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado (RUSSELL, 1978, p. 4).

Além disso, a ideia de variável individual traz consigo um caráter de indeterminação ao seu objeto referido, pois caso se faça uma formalização de um objeto pela variável individual x e se utilize um predicado A para descrever este objeto, ainda assim, a sentença em análise não é comprometida semanticamente, porque não há nenhuma determinação do objeto que é representado pela variável individual.

Embora a determinação seja feita pelo predicado que acompanha a variável individual, a apresentação dos objetos é expressa pelas descrições definidas e, nessas circunstâncias, o predicado é a própria descrição definida aplicada ao objeto denotado.

Este é o escopo da teoria das descrições definidas de Russell, mas no que diz respeito às expressões denotativas pode-se reinterpretá-las para a linguagem do cálculo de predicados de primeira ordem da seguinte forma: há três sentenças formalizadas que representam o fundamento teórico-denotativo russelliano, a saber, as sentenças categóricas universais afirmativas representadas pela forma $\forall x Cx$; as sentenças categóricas universais negativas representadas pela

forma $\forall x \neg Cx$; as sentenças categóricas existenciais afirmativas representadas pela forma $\exists x Cx$.

Portanto, nas entrelinhas do princípio que guia a teoria das descrições definidas de Russell, mostra-se a definição em uso contextual, isto é, reitera-se em miúdos menos rebuscados que descrições definidas são expressões atributivas contidas em frases denotativas. Contudo, só possui realmente significado uma frase denotativa dotada de descrição definida, caso o uso desta esteja inserido num contexto.

Entretanto, ao lado do modo de operacionalização de uma descrição definida, adiciona-se uma indagação que é necessária para a compreensão do processo de análise no âmbito da concepção russelliana. O que se pretende salientar quando se rotula de definição contextual o contexto de uso de uma descrição definida?

De acordo com a teoria das descrições de Russell (1905), as descrições definidas, tais como 'a montanha mais alta do mundo', são 'símbolos incompletos', isto é, são contextualmente elimináveis. Russell dá não uma definição explícita, permitindo que se substitua uma descrição definida por uma equivalente, onde quer que ela apareça, mas dá uma definição contextual, que permite que se substituam sentenças que contenham descrições definidas por sentenças equivalentes que não as contenham (HAACK, 2002. p. 102)

Neste viés, considera-se que uma descrição definida pode ser representada pela forma "o F é G", ou seja, o objetivo da implementação desta forma lógica é mostrar como frases que contenham descrições definidas devem ser analisadas contextual e não explicitamente. Por exemplo, a frase denotativa "Dilma Rousseff é baixa" no cálculo de predicados de primeira ordem, cuja forma gramatical é do tipo sujeito-predicado apresenta nome próprio e predicado.

Destarte, na frase denotativa "A atual presidente do Brasil é baixa" presume-se que tenha tanto a mesma forma lógica quanto a mesma forma gramatical da expressão anterior, isto é, "o F é G" e sujeito-predicado. Porém, em comum acordo com a teoria das descrições definidas de Russell ressalta-se que tal fato não se justifica. Por quê?

Russell constatara que a forma gramatical nos conduz a engodos quanto à forma lógica. Ele se reportara diretamente ao fato duma frase denotativa como "A atual presidente do Brasil é baixa" ter aparentemente a função de designar um

objeto. Embora a sua forma lógica seja a mesma de uma expressão com nome próprio e predicado, esta não coincide com a sua forma gramatical, porque tal frase não contém nenhum nome próprio.

Segundo Russell, a frase denotativa “Dilma Rousseff é baixa” é do tipo sujeito-predicado, já a frase denotativa “A atual presidente do Brasil é baixa” não o é. Portanto, não se sabe que tipo de frase denotativa é “A atual presidente do Brasil é baixa” e o que ela realmente contém.

Lançam-se dois problemas no processo de análise russelliana de descrições definidas, que são: qual tipo de frase denotativa é “A atual presidente do Brasil é baixa”? E se esta frase denotativa não contém nome próprio, então o que ela contém?

Caso se analise a frase denotativa acima, composta de descrição definida e predicado, sob a ótica da teoria das descrições definidas, inferir-se-á que ela é a abreviação de três frases, quais sejam: (1) Há pelo menos uma presidente do Brasil; (2) Não há mais do que uma presidente do Brasil e (3) Se alguém for presidente do Brasil, então, é baixa. Ora, o que as três frases citadas anteriormente ressaltam e afirmam conjuntamente, não é outra coisa senão: Existe só uma presidente do Brasil e ela é baixa.

O emprego do cálculo de predicados de primeira ordem pode elucidar o que se pretende evidenciar com as três frases que servem de abreviação. Desse modo, a notação sugerida para a interpretação das três frases através do cálculo de predicados é: P: x é atualmente presidente do Brasil e B: x é baixa. A interpretação das frases é a que se segue: (1) $\exists x Px$; (2) $\forall x \forall y ((Px \wedge Py) \rightarrow y = x)$; (3) $\forall x (Px \rightarrow Bx)$. A conjunção formada a partir destas funções proposicionais é: $\exists x \forall y (Px \wedge ((Px \wedge Py) \rightarrow y = x) \wedge Bx)$. Resulta disso, que esta frase denotativa que contém descrição definida e predicado não é uma frase do tipo sujeito-predicado, todavia a frase denotativa que contém nome próprio e predicado é do tipo sujeito-predicado. A frase denotativa anterior é formada por funções proposicionais, quantificadores e conectivos lógicos.

A noção central que Russell estabelecera nesta análise fora que descrições definidas não são nomes próprios, mas símbolos incompletos. O que se quer dizer quando se usa a expressão símbolos incompletos nesta acepção?

Salienta Russell que as descrições definidas, as classes e as relações tomadas em extensão são exemplos de símbolos incompletos, isto é, de agregados de símbolos que não têm qualquer significado isoladamente, mas somente adquirem significado num contexto. Ressalta ainda que se tentarmos entender a análise do mundo, ou a análise dos fatos, ou ainda se pretendermos ter alguma idéia do que existe realmente no mundo, é fundamental percebermos quanto do que há na fraseologia é da natureza dos símbolos incompletos (PORTELA FILHO; PORTELA, 2000, p. 23).

Em síntese, defende-se que descrições definidas são um tipo de símbolo incompleto. Por isso, qualquer que seja a descrição definida tomada isoladamente não denota nada, porém se ela for empregada num contexto, pode-se atribuir um significado a ela.

Averigua-se que descrições definidas após serem submetidas à análise russelliana desaparecem. Doravante, a partir da teoria das descrições definidas de Russell exposta, há o desvelamento de três enigmas lógico-filosóficos que aparecem quando descrições definidas são tratadas como nomes próprios.

5.1 Ocorrências Primárias e Secundárias de Descrições Definidas

Uma descrição definida contém ocorrência primária quando implica a existência de um objeto que seja portador da descrição definida. Ao invés disso, descrições definidas são consideradas constituídas de ocorrência secundária, caso elas não impliquem a existência de objetos que as portem.

Tome-se como exemplo a frase denotativa “O atual rei da Inglaterra é careca” para elucidar as ocorrências primárias e secundárias de descrições definidas, sem postergar a questão que medeia a análise russelliana acerca de descrições definidas que não denotam nada, qual seja, o atual rei da Inglaterra é ou não é careca?

Se se aceita que a frase denotativa significa “O atual rei da Inglaterra é careca” ou “Existe apenas um homem que é o atual rei da Inglaterra e ele é careca”, então a frase denotativa implica a existência de objetos designados por descrições definidas que não denotam nada, cuja ocorrência é primária e, por conseguinte, a frase denotativa é falsa.

Todavia, caso se considere que a frase denotativa significa “O atual rei da Inglaterra não é careca” ou “É falso que existe apenas um homem que é o atual rei da Inglaterra e ele não é careca”, resulta que a frase denotativa não implica a existência de objetos que se intencionam denotar através de descrições definidas,

ou seja, isto caracteriza uma ocorrência secundária e, por isso, a frase denotativa é verdadeira.

Portanto, no âmbito da análise russelliana, a questão “O atual rei da Inglaterra é ou não é careca?” é estabelecida como solúvel, porque a posição do quantificador existencial e do operador de negação na frase denotativa será o fator determinante para a identificação de ocorrências primárias e secundárias.

O motivo pelo qual ocorrências primárias e secundárias tornam-se noções fundamentais na análise russelliana de descrições definidas contidas em frases denotativas é a instituição da diferenciação entre forma lógica e gramatical, uma vez que a primeira consiste numa relação lógico-linguística com a realidade e a última numa relação semântico-linguística com a realidade. Sendo assim, faz-se necessária a resolução de alguns enigmas lógico-filosóficos.

5.1.1 A solução de três enigmas lógico-filosóficos

O primeiro enigma, rotulado de substituíbilidade, mostra que sentenças de identidade da forma “ $a=a$ ” e sentenças da forma “ $a=b$ ”, representam o mesmo objeto e têm valor-de-verdade. Logo, por haver a suposição de serem idênticas, não há valor informativo nas duas sentenças sob análise, isto é, em toda frase denotativa o valor-de-verdade permanece o mesmo, se um termo for substituído por outro de igual referência, porém tais suposições não se comportam dessa maneira. Por quê?

Numa frase denotativa, cuja forma sentencial é “ $a=b$ ” há uma informação diferente da que contém em “ $a=a$ ”. Se estas sentenças fossem idênticas não deveriam expressar valor informativo, o que não ocorre de fato em pelo menos uma delas, uma vez que há valor informativo na frase denotativa cuja forma sentencial é “ $a=b$ ”. Todavia, como o enigma da substituíbilidade pode ser desvelado?

Ambas as frases denotativas “Maquiavel é Maquiavel” ($a=a$) e “Maquiavel é o autor da obra O príncipe” ($a=b$) possuem presumivelmente nomes próprios. Todavia, a última frase denotativa de acordo com o cálculo de predicados de primeira ordem pode ser analisada com a seguinte notação; M: x é Maquiavel e O: y escreveu a obra O príncipe: $\exists x \forall y (Ox \wedge ((Ox \wedge Oy \rightarrow y = x) \wedge Mx))$.

Na análise demonstra-se que a descrição definida não é um nome próprio, pois não designa especificamente um indivíduo. Portanto, não existe violação das sentenças de identidade, porque a suposição que havia sobre “o autor

da obra O príncipe” e “Maquiavel” de se referirem ao mesmo objeto é falsa, uma vez que a descrição definida é um símbolo incompleto que não denota Maquiavel. Por conseguinte, o enigma da substituibilidade é desvelado.

O segundo enigma etiquetado de terceiro excluído surge em virtude das prescrições do princípio do terceiro excluído, a saber, uma sentença é verdadeira ou falsa, não podendo ter outro valor-de-verdade. Além disso, corroborando o princípio do terceiro excluído, uma sentença, cuja forma é P, terá necessariamente como sua negação $\neg P$. Há situações em que não se deve atribuir valor-de-verdade a sentenças, devido ao fato de infringirem o princípio do terceiro excluído.

Por exemplo, segundo a concepção fregeana de denotação, na frase denotativa “O atual ditador do Brasil é alto” não há valor-de-verdade, pois tal frase denotativa não denota nada. No entanto, amparada em preceitos fregeanos este tipo de frase denotativa tem como referente a classe-zero.

Entretanto, a análise russelliana nos revela que, caso a frase denotativa “O atual ditador do Brasil é alto” seja verdadeira, a sua negação “O atual ditador do Brasil não é alto” será falsa e vice-versa. Contudo, não há alguém que seja atualmente ditador do Brasil e alto, ou seja, constata-se que as duas frases denotativas que estão sob análise são falsas.

Resulta disso que as frases denotativas contêm descrições vazias, isto é, descrições definidas que não denotam nada. Ora, se as duas frases denotativas exemplificadas anteriormente são falsas, então, há a violação do princípio do terceiro excluído. Nisto consiste a pergunta: como o enigma do terceiro excluído pode ser decifrado?

Com a finalidade de decifrar o enigma do terceiro excluído retomam-se os exemplos: “O atual ditador do Brasil é alto” e “O atual ditador do Brasil não é alto”. Ora, se analisada logicamente, a primeira frase denotativa supracitada, de acordo com a teoria das descrições definidas de Russell, pode ser descrita assim: Existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e ela é alta. Traduzindo para o cálculo de predicados de primeira ordem, tomando como universo de discurso pessoas, sugere-se a notação: D: x é atualmente ditadora do Brasil e A: x é alta. $\exists x \forall y (Dx \wedge ((Dx \wedge Dy \rightarrow y = x) \wedge Ax))$.

Através da análise lógica com o aparato russelliano, infere-se que a frase denotativa “Existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e ela é alta”, é falsa, porque não há alguém que seja atualmente ditador do Brasil. Todavia,

isto não implica necessariamente que a frase denotativa “o atual ditador do Brasil não é alto” seja verdadeira.

Russell identificara que uma frase denotativa tal como: “o atual ditador do Brasil não é alto” é ambígua, pois pode ser interpretada de duas maneiras, a saber; “Existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e ela não é alta”, ou; “É falso que existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e ela é alta.”

A distinção reside especificamente na posição em que a frase denotativa é negada. Caracteriza-se a ambiguidade, devido à primeira frase denotativa ter apenas uma parte negada, porquanto a segunda frase denotativa é totalmente negada. Na linguagem de primeira ordem do cálculo de predicados podem-se representar as frases denotativas dessa forma, tomando como universo de discurso pessoas a notação sugerida é: D: x é atualmente ditadora do Brasil e A: x é alta. $\exists x (Dx \wedge \forall y (Dy \rightarrow y = x) \wedge \neg Ax)$, ou, $\neg \exists x (Dx \wedge \forall y (Dy \rightarrow y = x) \wedge Ax)$.

Entretanto, somente uma das duas frases denotativas anteriormente citadas é a negação lógica da frase denotativa: “Existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e é falso que ela é alta”, a saber; “É falso que existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e ela é alta”. Por que isto ocorre?

Sabe-se que a frase denotativa; “É falso que existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e ela é alta”, é uma conjunção, no entanto, equivale à disjunção: ou é falso que há apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil ou, é falso que ela é alta. A linguagem do cálculo de predicados de primeira ordem traduz desse modo, tomando como universo de discurso pessoas a notação sugerida é: D: x é atualmente ditadora do Brasil e A: x é alta. $\neg \exists x (Dx \vee \neg \forall x \forall y (Dx \wedge Dy) \rightarrow y = x) \vee \neg \forall x (Dx \rightarrow Ax)$.

Contudo, caso pelo menos uma das partes da disjunção seja verdadeira, então a frase denotativa supracitada é verdadeira. Em virtude do fato de não existir pelo menos uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil. Logo, as duas frases, quais sejam: “Ou é falso que há apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil ou é falso que ela é alta”; “Existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e é falso que ela é alta”; são verdadeiras.

A suposta infração do princípio do terceiro excluído surgira, porque não houvera a imediata percepção de sua estrutura ambígua (Existe apenas uma pessoa que é atualmente ditadora do Brasil e é falso que ela é alta), porém não há violação do princípio do terceiro excluído. Por conseguinte, decifra-se o enigma do terceiro excluído.

O último enigma catalogado de enigma das existenciais negativas provém da transgressão do princípio de não-contradição: um ente não pode ser e não-ser ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Por exemplo, na frase denotativa “O vulcão de ouro não existe” intenciona-se denotar um vulcão de ouro e, ao mesmo tempo, se lhe atribui a propriedade de não existir, porém caso ele não exista, então, como se pode denotá-lo? De que modo é possível dar-lhe qualquer propriedade?

A partir da análise russelliana a resposta às perguntas anteriores é: não é possível, uma vez que não se pode denotar nem atribuir propriedades ao que não existe. Contanto que se denote ou se atribua propriedades ao que não existe, necessariamente incide-se numa contradição, segundo Russell. Daí emerge a indagação: como se pode decifrar o enigma das existenciais negativas?

Na perspectiva de Russell, havendo a reinterpretação da frase denotativa “O vulcão de ouro não existe” para o cálculo de predicados de primeira ordem “É falso que existe só um vulcão e ele é de ouro”, tal frase denotativa, pode ser representada do seguinte modo, com a notação sugerida é: V: x é um vulcão; O: x é de ouro. $\neg \exists x ((\forall x \wedge O x) \wedge \forall y (V y \wedge O y) \rightarrow (y = x))$.

Demonstra-se que descrições definidas não são nomes próprios, tanto que na análise russelliana feita acerca da expressão “o vulcão de ouro”, a descrição definida desaparece, visto que na frase denotativa “É falso que existe só um vulcão e ele é de ouro” não há qualquer nome próprio referindo-se a um objeto específico. Sendo assim, não há contradição em negar a existência do vulcão de ouro, devido ao fato de se ter usado uma descrição definida e não um nome próprio, pois nomes próprios fazem referência a indivíduos, mas descrições definidas não.

Contudo, o problema surge, porque se tratam frequentemente descrições definidas como nomes próprios, isto é, como expressões referenciais. Apesar de terem esta aparência, não o são, haja vista que aquelas realmente são símbolos incompletos que só têm sentido quando empregados num contexto. Em virtude disso, o enigma das existenciais negativas no processo de análise russelliana é decifrado.

6 A CRÍTICA DE STRAWSON À TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE RUSSELL

Duas noções são basilares para a compreensão da teoria da referência de Strawson, quais sejam: utilização referencial individualizante e classes de expressões. Estas são fundamentais até o estabelecimento do conceito de referência de Strawson.

A noção de utilização referencial individualizante não é outra coisa senão um modo próprio de um locutor utilizar expressões, estando atrelada à utilização de algumas expressões, a fim de mencionar e/ou fazer referência a alguma pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo, ou fazer execução de um enunciado acerca daquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. Todavia, se utiliza o termo 'expressão' nesta acepção para fazer referência às classes de expressões.

A despeito disso, as classes de expressões são quatro, a saber: pronomes demonstrativos singulares (isto e aquilo); nomes próprios (Las Vegas, João); pronomes pessoais e impessoais no singular (ele, ela, eu, tu) e frases iniciadas com artigo definido seguido por um substantivo, qualificado ou não, no singular (a cadeira, o homem novo, o rei da Inglaterra).

Outra elucidação imprescindível antes de se empreender o conceito de referência de Strawson, concerne às suas categorias, isto é: o que se pretende significar com as categorias: (X1) sentença e expressão, (X2) utilização dum sentença e utilização de expressão e (X3) elocução de sentença e elocução de expressão?

Seja (X1) a sentença 'O rei da França é sábio'. Ela pode ter sido proferida em diferentes ocasiões bem como numa época em que havia rei na França e noutra em que não existia rei na França. O que há em comum entre esses proferimentos é a sentença. O mesmo acontece com a expressão 'o rei da França'.

No que concerne a (X2), na utilização dum sentença, caso alguém proferisse a sentença 'O rei da França é sábio' num período em que o rei fosse Luís XIV e outro o fizesse durante o reinado de Luís XV – contanto que Luís XIV fosse sábio, porém Luís não o fosse –, cada um estaria a fazer uma utilização: o primeiro, uma utilização dum sentença constituída de asserção verdadeira e o último, uma utilização dum sentença constituída de asserção falsa. Entretanto, se duas pessoas executassem tal proferimento, uma de forma gráfica e a outra oralmente, ao mesmo

tempo, ao longo do reinado de Luís XIV, ambas fariam uma utilização constituída de asserção verdadeira.

Contudo, por mais que as pessoas que proferiram a sentença 'O rei da França é sábio', em ocasiões diferentes – no decorrer do reinado de Luís XIV e no decorrer do reinado de Luís XV – tenham feito utilizações diferentes, as pessoas que executaram tal proferimento na mesma ocasião – ao longo do reinado de Luís XIV – fizeram a mesma utilização.

No que diz respeito à utilização dum expressão, tal como: 'o rei da França', sua função é análoga à utilização dum sentença, porém a única diferença concerne àquilo que é objeto de referência da utilização, pois se a utilização dum sentença tem como função ser referida ao valor-de-verdade, em contrapartida a utilização dum expressão tem como função mencionar ou fazer referência a um objeto por alguém.

Além disso, quando se trata de (X3), uma elocução dum sentença e uma elocução dum expressão, ainda que a sentença e a expressão: 'O rei da França é sábio' e 'o rei da França', fossem enunciadas por dois locutores em diversas situações ou na mesma situação sobre Luís XIV, seriam necessariamente distintas as elocuições de sentença e as de expressão. Apesar disso, o que permanece dessas elocuições de sentença e de expressão são as sentenças e expressões, a saber, 'O rei da França é sábio' e 'o rei da França'.

A querela da referência e denotação protagonizada por Strawson contra Russell, está sob a orientação de Strawson no âmbito da linguagem ordinária. Devido a isso, a discussão reporta-se diretamente à utilização de expressões que têm a forma gramatical de uma sentença sujeito-predicado no singular, ou seja, a intenção de Strawson é abordar essa perspectiva.

Ressalte-se que o objetivo de Strawson não é restringir as utilizações de expressões das classes supracitadas, embora ele vise categoricamente abranger todos os modos de utilização de expressões possíveis, isto é, qualquer sentença pode apresentar diferentes utilizações referenciais individualizantes de expressões.

Com efeito, caso alguém profira a sentença 'O golfinho é um mamífero', inferir-se-á que não se faz referência a um golfinho particular. Entretanto, se se profere a sentença 'O golfinho abalroou o barco', se deduz que a referência é feita a um golfinho particular. Resulta disso a ideia de que pode haver diferentes utilizações

referenciais individualizantes em sentenças, cujas expressões apresentam uma miríade de possibilidades de utilizações por um locutor.

O conceito de referência de Strawson é subsidiado pela explicação de diretivas gerais que norteiam a utilização de sentenças e expressões entre interlocutores em quaisquer ocasiões de elocução. Nisso se fundamenta significar uma expressão, haja vista que em linhas gerais quem significa é aquele que utiliza a expressão e não a expressão propriamente dita.

Nesse sentido especial de 'significar', são as pessoas que significam e não as expressões. As pessoas utilizam as expressões para fazer referência a coisas particulares. A significação de uma expressão, contudo, não é o conjunto de coisas ou a coisa particular a que se pode fazer referência ao utilizar corretamente a expressão: a significação é o conjunto de regras, hábitos e convenções que determinam a utilização da expressão para fazer referência. O mesmo ocorre com as sentenças, e de maneira ainda mais patente. (STRAWSON, 1989, p. 157).

A crítica de Strawson à teoria das descrições definidas de Russell é desferida à análise russelliana de expressões e sentenças significantes, cujo valor-de-verdade é falso. A proposição 'O rei da França é sábio' pode esclarecer o que se salientou, visto que de acordo com a análise russelliana, dela derivam três asserções, quais sejam: (1) Há um rei da França; (2) Não há mais do que um rei da França; (3) Não há nada que seja rei da França e que não seja sábio.

Segundo Strawson, a análise russelliana incide em erro quando considera ser significativa a proposição (1), pois não há a constatação empírica de alguém que seja rei da França. Ademais, não há um objeto ao qual se faça referência. Portanto, na perspectiva de Strawson a conjunção das três proposições é falsa e assignificante ao passo que Russell considera a proposição (1) falsa e sua conjunção com as proposições (2) e (3) também, mas significativa.

Nisso consiste a argúcia lógico-argumentativa de Russell: ora, numa sentença conjuntiva, se pelo menos uma das proposições for falsa, então toda a sentença torna-se falsa. Embora a sentença seja significativa, o seu valor-de-verdade não é o verdadeiro. Entretanto, Strawson nos revela que além da conjunção das três proposições ser falsa, a utilização referencial individualizante que se faz desta sentença é espúria. Isto ocorre porque não há objeto de referência no âmbito desta utilização, posto que se hoje alguém proferisse a sentença 'O atual rei da França é sábio', estaria fazendo uma utilização da sentença espúria, sob a

circunstância da França não ser uma monarquia, mas uma república democrática dotada de presidente.

Ainda assim, o equívoco de Russell consiste em supor que fazer referência e/ou mencionar equivalem a significar, o que indubitavelmente não ocorre na concepção de Strawson, uma vez que as expressões por si mesmas nada significam, porém são as pessoas que fazem utilizações de expressões em todas as ocasiões para fazer referência ou afirmar que significam.

Uma ilustração pertinente ao que foi expresso no parágrafo anterior é a subsequente. A sentença 'A cama está repleta de objetos' é significativa, no entanto, pergunta-se: esta sentença é referente a qual objeto? Strawson pondera que tal questão é um *nonsense*, porque não se deve perguntar acerca da sentença. Contudo, a pergunta deve ser direcionada à utilização dessa sentença.

De modo semelhante, caso se faça a pergunta: a sentença 'A cama está repleta de objetos' é verdadeira ou falsa? Incorrer-se-á noutro absurdo e o motivo pelo qual isto se sucede é a ausência de valor-de-verdade da sentença em tela. E a causa desta ausência de valor-de-verdade da sentença é pura e simplesmente, o fato de não haver um objeto ao qual se esteja a fazer referência.

Logo, se percebe a interdependência significativa – peculiaridades somente da sentença –, entre o falar acerca de algo, que se faz da utilização da sentença, e a atribuição de valor-de-verdade, que é característica de uma asserção da utilização dessa sentença, ou seja, se a primeira for corretamente utilizada, então, a última terá valor-de-verdade, mas, se, ao invés disso, não houver algo de que se esteja a falar, através da utilização da sentença, a utilização dessa sentença não será provida de asserções dotadas de valor-de-verdade.

A questão duma sentença que contém expressão ser significativa ou não – peculiaridades da sentença e expressão –, depende de ser corretamente utilizada. Além disso, se confunde com o fato de um locutor fazer uma utilização que contenha objeto de referência, se e somente se, esta condição for preenchida. Assim, um locutor poderá executar uma utilização de sentença constituída de asserções verdadeiras ou falsas.

Entretanto, um locutor ao utilizar uma sentença torna-a espúria, contanto que ele não se refira em qualquer ocasião de elocução a qualquer objeto. Estes são os critérios que subjazem à utilização correta de sentenças significantes, no viés do pensamento de Strawson.

Em decorrência das considerações feitas acerca da utilização de sentenças significantes, tomando-se como suporte duas noções (utilização referencial individualizante e classes de expressões) e o conceito de referência, salienta-se que provém desses elementos conceituais a presunção de Strawson que fora ter respondido satisfatoriamente aos problemas abordados por Russell em sua teoria das descrições definidas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiteram-se ideias temáticas, ou seja, tema e título, anteriormente citados a fim de justificar o mérito de usá-las, quais sejam: a relação entre linguagem e mundo na teoria das descrições definidas de Russell e a teoria das descrições definidas: uma análise russelliana.

O tema em tela – a teoria das descrições definidas e sua aplicação na relação entre linguagem e mundo – abarca extrema complexidade e ao mesmo tempo relevância filosófica no campo de atuação da filosofia analítica e traz consigo diversos *puzzles* de cunho analítico-filosófico trabalhados na perspectiva de Russell, tais como: os enigmas da substituibilidade, do terceiro excluído e das existenciais negativas.

Além disso, vem à tona a discussão fundamental que envolve o tema entre os filósofos, a saber: Frege, Meinong, Russell e Strawson, haja vista que cada filósofo supracitado apresenta sua proposta teórica, no intuito de responder satisfatoriamente os problemas abordados neste trabalho.

No que tange ao tema, a questão que pode de certa forma expressar sumariamente os *puzzles* trabalhados é: como é possível que descrições definidas denotem objetos existentes e inexistentes? Ora, nesta acepção a relação entre linguagem e mundo não é outra coisa senão o modo pelo qual o homem, através duma potencialidade comunicativa que lhe é natural, a linguagem ordinária, almeja identificar o mundo por meio da denotação do mesmo.

Todavia, com a formulação da teoria das descrições definidas, Russell pleiteia denotar o mundo, mas além da linguagem ordinária que é elementar para a análise filosófica, insere-se conjuntamente a teoria das descrições definidas a linguagem ideal que, por sua vez, será a fonte lógico-linguística para a denotação eficaz do mundo.

Sabe-se que a linguagem ordinária não é um fenômeno da comunicação em que se deve confiar plenamente para denotar objetos, visto que disfarça o pensamento, isto é, não consegue exprimi-lo com a clareza que requer uma comunicação clara e compreensível. No entanto, sem preterir o foco do debate que é a linguagem e o mundo, mas não a linguagem e o pensamento. Dá-se ênfase e primazia à linguagem ideal, pois ela pressupõe uma lógica exata da linguagem, onde

não há espaço para equívocos e/ou engodos que são peculiaridades inerentes da linguagem ordinária.

Mediante a linguagem ideal, se presume elucidar pensamentos e garantir não gramatical, mas formalmente, o acesso linguístico-ontológico da linguagem ideal ao mundo, cuja finalidade é pura e simplesmente a denotação de objetos existentes e inexistentes. Portanto, este é o mérito do tema abordado: fundamentar e garantir através duma análise linguístico-filosófica o acesso da linguagem ao mundo, tendo como subsídio a teoria das descrições definidas de Russell.

O título – a teoria das descrições definidas: uma análise russelliana – é ostentado sob a pretensão de demandar a resposta mais satisfatória ao problema capital trazido nas entrelinhas do tema que é: como é possível que descrições definidas denotem objetos existentes e inexistentes?

A partir deste problema derivam diversas consequências da teoria das descrições definidas de Russell, dentre as quais estão: numa frase denotativa que, porventura, contenha descrição definida, as palavras são constituintes dos quais se tem conhecimento de trato, porém o objeto referido pela descrição definida não é constituinte da frase denotativa. O que ocorre neste caso é a atribuição de propriedades via descrição definida ao objeto referido.

Por exemplo, “a mente de fulano de tal” é uma entidade da qual não se tem conhecimento de trato. Entretanto, atribuem-se propriedades a essa entidade por meio da descrição definida que não é outra coisa senão o conhecimento acerca de, pois ele é o que torna bem-sucedido o pensamento na relação entre linguagem e mundo na teoria das descrições definidas de Russell.

Em suma, a descrição definida, que é a denotação dum objeto por meio da linguagem ordinária, é transformada de acordo com a análise russelliana em função proposicional, ou seja, é adaptada à linguagem ideal a fim de fazer com que não haja qualquer tipo de determinação ao objeto que se pretende referir pela descrição definida. Por conseguinte, esta ausência de determinação ocorre por meio da função proposicional. O que deve prevalecer é a indeterminação do objeto referido pela função proposicional.

Ora, a noção de função proposicional representada aqui por $C(x)$ é o motivo pelo qual esta atribuição de propriedades é possível sem comprometimento direto com o objeto, porque não há conhecimento de trato do mesmo, ou seja, por mais que se garanta a singularidade da denotação através da variável (x) que está

pelo objeto referido e ainda que esta seja uma noção de caráter indeterminado que não comprometa a proposição com algum tipo de determinação antecipada do objeto.

Ainda assim, há a pressuposição de que tais propriedades sejam verdadeiras em função daquilo que não se sabe sobre a propriedade C que representa “a mente de fulano de tal” na linguagem ideal, isto é, esta pressuposição de que propriedades são verdadeiras não é obtida pelo conhecimento de trato, mas pelo conhecimento acerca de.

Sabe-se que “o fulano de tal tem uma mente” que é provida de propriedades, mas é evidente que a consideração é feita acerca da mente de alguém. Conquanto, não se saiba realmente as propriedades desta mente de fulano de tal, ou seja, por mais que não se saibam quais são as propriedades da mente e ainda que não se tenha conhecimento de trato da mente propriamente dita, podem-se atribuir propriedades à mente sem se ter conhecimento de trato dela.

Contudo, das deliberações apresentadas, no tocante ao como se atribuem propriedades a entidades das quais não se tem conhecimento de trato, deriva o problema: como esta atribuição de propriedades ocorre sem haver conhecimento de trato da mente de fulano de tal? A resposta de Russell é a que segue: propriedades são atribuídas mediante descrições definidas aqui representadas por $C(x)$.

Em linhas gerais, esta é a tese defendida por Russell na sua teoria das descrições definidas que, mesmo após muitos anos de rigorosas críticas de filósofos da linguagem ordinária, tendo como seu principal representante Strawson, permanece como a resposta mais satisfatória acerca da relação entre linguagem e mundo no campo da linguagem ideal.

REFERÊNCIAS

BRANQUINHO, João. MURCHO, Desidério. GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRITO, Adriano Naves. **Nomes próprios: semântica e ontologia**. Brasília: Editora Unb, 2003.

COLLINSON, Diané. **50 grandes filósofos: da Grécia antiga ao século XX**. 3. ed. Tradução: Maurício Waldman e Bia Costa. São Paulo: Contexto, 2009.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. **Lógica e filosofia da linguagem**. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1978.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**; Tradução Cezar Augusto Mortari, Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5. ed. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas: Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MEINONG, Alexius: Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Alexius_Meinong> Acesso em 22 jun. 2011.

MONK, Ray. **Bertrand Russell Matemática: sonhos e pesadelos**. Tradução: Luiz Henrique de A. Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2000.(Coleção Grandes Pensadores).

PORTELA FILHO, Raimundo; PORTELA, Carmem Almeida. Aspectos do atomismo lógico de Russell. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís: Ed. da Universidade Federal do Maranhão v.11, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2000.

RUSSELL, Bertrand. **Ensaio escolhidos: Da denotação**. Seleção de textos de Hugh Matthew Lacey; Tradução de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril cultural, 1978.(Os pensadores).

STRAWSON, P.F. Escritos Lógico-Lingüísticos. Sobre Referir. In: _____ RYLE, Gilbert et al. **Ensaio**. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. 4. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989 p. 151-170 (Os Pensadores).